



v. 12, n. 1: Patrimônio cultural em debate: balanços e desafios – 2023 – ISSN 2316-395X

# Tempo e memória no espaço institucional: expressões da cultura

## Time and memory in the institutional space: expressions of culture

## Tiempo y memoria en el espacio institucional: expresiones de cultura

---

Ana Lérica Pacheco Gutierrez<sup>1</sup>  
Maria de Lourdes Borges<sup>2</sup>  
Ingridi Vargas Bortolaso<sup>3</sup>

---

Recebido em: 12 jan. 2023  
Aprovado para publicação em: 27 mar. 2023

**Resumo:** Determinados aspectos da contemporaneidade vêm provocando discussões sobre os fenômenos de aceleração do tempo e deslocamento das experiências individuais e coletivas para um espaço virtual como formas de manifestação da cultura, cujas consequências são imprevisíveis. Este artigo objetivou apresentar uma discussão teórica sobre a cultura e suas formas de expressão material e imaterial, por meio de uma compreensão articulada e relacional. O estudo parte das categorias de

---

<sup>1</sup> Doutora e mestra em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle (Unilasalle). Graduada em Letras.

<sup>2</sup> Doutora e mestra em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Graduada em Psicologia. Professora no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle.

<sup>3</sup> Doutora em Administração e mestra em Engenharia da Produção, ambos pela Unisinos. Graduada em Contabilidade. Professora no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens da Unilasalle.

tempo, espaço e memória, relacionando-as à produção de uma cultura material em espaços institucionais. Os resultados indicam que as categorias de tempo, espaço e memória são fundamentais para a compreensão relacional dos fenômenos culturais. Evidencia-se uma promoção do esquecimento, provocado pela aceleração do tempo e pela virtualização do espaço.

**Palavras-chave:** cultura; memória; aceleração do tempo; esquecimento.

**Abstract:** The contemporaneity has been provoking discussions about the phenomena of time acceleration and displacement of individual and collective experiences to a virtual space, as manifestations of culture, whose consequences are unpredictable. This article aimed to present a theoretical discussion about culture and its forms of material and immaterial expression, through an articulated and relational understanding. The study starts from the categories of time, space, and memory, relating them to the production of a material culture in institutional spaces. The results indicate that the categories of time, space, and memory are fundamental for the relational understanding of cultural phenomena. There is evidence of a promotion of forgetfulness, caused by the acceleration of time and virtualization of space.

**Keywords:** culture; memory; accelerated time; oblivion.

**Resumen:** La contemporaneidad viene provocando discusiones sobre los fenómenos de aceleración del tiempo y desplazamiento de las experiencias individuales y colectivas a un espacio virtual, como manifestaciones de la cultura, cuyas consecuencias son imprevisibles. Este artículo pretende presentar una discusión teórica sobre la cultura y sus formas de expresión material e inmaterial, por medio de una comprensión articulada y relacional. El estudio parte de las categorías de tiempo, espacio y memoria, relacionándolas con la producción de una cultura material en espacios institucionales. Los resultados indican que las categorías de tiempo, espacio y memoria son fundamentales para la comprensión relacional de los fenómenos culturales. Hay evidencias de una promoción del olvido, causada por la aceleración del tiempo y la virtualización del espacio.

**Palabras clave:** cultura; memoria; tiempo acelerado; olvido.

## INTRODUÇÃO

*Pequeño pensamiento plácido n.º 2: El tiempo que pasa (mi Historia) deposita residuos que van apilándose: fotos, dibujos, carcaças de bolígrafos-rotuladores, ya secos desde hace tiempo, carpetas, vasos perdidos y vasos no devueltos, envolturas de puros, cajas, gomas, postales, libros, polvo y chucherías: lo que yo llamo mi fortuna (PEREC, 2001, p. 49).*

A placidez, evocada por Perec (2001) sob uma perspectiva literária, parece emergir de um tempo e de um lugar muito distantes se comparados aos contextos tecnológicos e de relações efêmeras presentes nas sociedades pós-modernas. Apesar disso, ao associar a passagem do tempo a uma trajetória pessoal, na qual vão se somando progressivamente objetos cujo acúmulo materializa um catálogo de riquezas simbólicas individuais ou coletivas, quem não se identificaria, de alguma forma? Pode-se compreender essa imagem como uma expressão da cultura em sua forma material e cabe pensá-la nos espaços institucionais, bem como nos elementos que representam sua riqueza simbólica coletiva, no presente.

A contemporaneidade vem provocando a discussão sobre os fenômenos de aceleração do tempo e deslocamento das experiências individuais e coletivas para um espaço virtual (KOERRENZ, 2020; BAUMAN, 2012; DUQUE, 2012; SÁ, 2005; HARVEY, 2002; EAGLETON,

1998). Tais fenômenos são manifestações da cultura, cujas consequências futuras são imprevisíveis.

Neste artigo, como foco de investigação e objeto de reflexão, direciona-se a análise desses fenômenos para o contexto de instituições públicas. Para isso, tomam-se as massas documentais produzidas em papel e acumuladas ao longo das trajetórias institucionais, considerando-as como patrimônios documentais sociais, representantes de uma cultura material que extrapola o contexto de produção. Parte-se do entendimento de que as instituições públicas possuem uma responsabilidade em relação à gestão de seus bens culturais e que esses bens ultrapassam o nível institucional, ampliando-se enquanto representação de valores coletivos e sociais.

Tem-se em vista que a mudança de paradigma cultural em curso, representada pela aceleração do tempo e virtualização do espaço por meio das novas tecnologias, pode impactar o processo de identificação, compreensão e preservação dos bens culturais referidos. Logo, assume-se como pressuposto que a aceleração do tempo pode implicar uma aceleração do processo de esquecimento e assim contribuir para a destruição de bens culturais institucionais que em última análise são também sociais.

Esta é, portanto, a perspectiva adotada: apresentar uma discussão teórica sobre a cultura e suas formas de expressão material e imaterial, por meio de uma compreensão articulada e relacional. Além disso, adota-se a vertente sociológica da teoria institucional, mas admite-se que não há consenso sobre o conceito de instituição, que se mostra complexo e se encontra em construção. Ocorre que a teoria institucional depara com os diferentes aspectos das várias dimensões do tempo, o que a torna mais complexa (ANDRADE, 2002).

Diante da inexorabilidade do tempo, a teoria institucional busca desmistificar a sacralização da mudança e da instantaneidade, especialmente em tempos direcionados pela condição digital (ANDRADE, 2002). A complexidade para o entendimento das instituições reside no seu embasamento, que leva em consideração suas estruturas sociais duráveis – entremeadas por elementos que são simbólicos –, além de atividades sociais e recursos materiais (FERNANDES; BORGES, 2014).

Este trabalho está organizado de modo a apresentar primeiramente uma articulação entre tempo, espaço e memória; a seguir, busca-se refletir sobre cultura, problematiza-se a emergência de novo paradigma cultural e seu potencial como promotor de lembranças e esquecimentos e encaminha-se uma breve discussão, seguida pelas considerações finais.

## METODOLOGIA

O estudo ampara-se em pesquisa bibliográfica para o delineamento das categorias de tempo, espaço e memória, articulando-as e relacionando-as às expressões da cultura material em espaços institucionais. Nesse sentido, tal metodologia é de grande auxílio, uma vez que se centra em fontes como livros, artigos científicos e outros (GIL, 2010), além de tornar possível o acesso a distintas informações preciosas a respeito das temáticas que se pretende analisar.

Para Lima e Miotto (2007, p. 43) a pesquisa bibliográfica deve ser entendida como um importante procedimento metodológico, realizado com base em critérios previamente estabelecidos, para a produção do conhecimento científico “capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”.

Para este artigo foram considerados: 1) trabalhos que trataram dos temas cultura, tempo, memória e instituição; 2) trabalhos cujos conteúdos evidenciaram uma aproximação com o tema deste artigo, levando em consideração a perspectiva transdisciplinar; 3) informações correspondentes a cada categoria do primeiro item; 4) informações passíveis de cruzamento, conforme indicações de Lima e Miotto (2007).

Além disso, assumiu-se o parâmetro cronológico como o mais relevante, pautando-o na busca por autores seminais sobre cada tema, não esquecendo de levar em consideração os atuais. Ainda, foi levado em consideração o parâmetro temático da busca de artigos e livros nacionais e internacionais, a respeito das temáticas da cultura e suas formas de expressão material e imaterial.

## TEMPO, ESPAÇO E MEMÓRIA

Como as categorias de tempo, espaço e memória podem contribuir para a compreensão dos fenômenos culturais e como se articulam no âmbito institucional, no tempo presente? Parte-se de uma aproximação conceitual sobre cada categoria para então articulá-las de modo a destacar suas contribuições para a emergência de um conceito de cultura.

Por meio de um diálogo com Deus, Santo Agostinho interroga-se em suas *Confissões* sobre o que seria o tempo e as possibilidades de medi-lo, demonstrando discordância com uma perspectiva puramente astronômica relacionada ao movimento de planetas e estrelas e à percepção de dias, noites e estações do ano. Seus questionamentos evidenciam o desejo de encontrar um paradigma unificador da noção de tempo: “Ó Deus, concede aos homens a possibilidade de observarem nas coisas pequenas as noções comuns às pequenas e às grandes coisas” (SANTO AGOSTINHO, 2001, p. 120). Essa contestação desloca o centro da discussão sobre a noção de tempo em direção aos indivíduos, pois Santo Agostinho refere-se ao tempo como uma extensão “do próprio espírito”, relacionada à percepção sobre a duração, questionando-se como se mede “o tempo que permanece no espírito”, ou seja, “gravado” na memória (SANTO AGOSTINHO, 2001, p. 123-124).

Para o autor, a memória condiciona a percepção do tempo mediante a divisão deste entre o que chamou de três operações – memória, atenção e expectativa, ou seja, passado, presente e futuro; dessa forma, “a atenção presente arrasta o futuro para o passado, crescendo o passado com a diminuição do futuro, até ao momento em que, com a extinção do futuro, tudo é passado” (SANTO AGOSTINHO, 2001, p. 126). Ao deslocar o foco da compreensão do tempo para o indivíduo e ligá-lo à memória, Santo Agostinho contribuiu para o entendimento de que tempo é um conceito relacional e uma convenção construída socialmente e, portanto, variável dependendo de como é culturalmente percebido pelas sociedades. Embora séculos tenham se passado, tempo e espaço continuam ocupando uma posição central como objetos de investigação e de discussões nas mais diversas áreas de conhecimento.

Nas Ciências Sociais, e especialmente no campo da memória social fundado por Halbwachs (2006), há uma crescente ampliação das discussões, atribuindo novos contornos e significados a esses conceitos. No início do século XX, Halbwachs (2006, p. 113) abordou as noções de tempo e espaço em relação à memória de grupos, a qual denominou coletiva, indicando que a duração resulta de acordos sobre convenções e costumes que expressam a sucessão das fases da vida social, uma representação coletiva do tempo em que o tempo social se impõe ao tempo astronômico. Os ritmos e as regularidades convencionais externos oferecem pontos de referência que possibilitam a constatação de uma relação de simultaneidade entre as percepções individuais.

Candau (2014), assim como Halbwachs, compreende que o tempo é uma categoria importante para a estabilização das memórias, já que ambos evidenciam o caráter social e convencional dele. A coerência do campo memorável está na estruturação do conjunto de lembranças de uma origem e na sucessão de acontecimentos decorrentes dela.

Portanto, para Candau (2014, p. 101), acontecimentos são “tempos fortes”, que constroem memórias fortes, ao passo que a dissolução deles as enfraquece. Ao pensar o

tempo na contemporaneidade como a sucessão de múltiplos acontecimentos simultâneos, é possível compreender o enfraquecimento das memórias – como referido pelo autor – diante da percepção da aceleração do tempo e da virtualização dos espaços. A avalanche informacional diária certamente dificulta uma fixação, enfraquecendo a memória e facilitando o esquecimento.

Por sua vez, Assmann (2016), que investiga a memória comunicativa e cultural, associa a memória à capacidade de formar uma consciência de identidade, tanto pessoal quanto coletiva, a partir do tempo. Esse autor distingue três níveis – interno, social e cultural –, tanto em relação ao tempo quanto à identidade e à memória, o que evidencia a complexidade intrínseca à sua abordagem. Graeff (2017b, p. 289) também evidencia as relações entre tempo e cultura ao afirmar que as variações nas concepções de tempo entre grupos, sociedades e culturas diferentes “envolvem calendários e ritmos sociais particulares, que dão sentido para as formas pelas quais tal ou tal grupo, sociedade ou cultura se reproduz”.

Santos (1977, p. 81) afirma não existir “sociedade a-espacial”, pois o espaço, “ele mesmo é social”. De acordo com Harvey (2002), as mudanças evidenciadas a partir da década de 1970 transformaram profundamente a percepção sobre tempo e espaço, associando-os a uma forma de poder social. Ao analisar a passagem da modernidade à pós-modernidade, Harvey (2002) evidencia a cidade e o espaço urbano como âmbitos complexos e multifacetados. Rocha e Eckert (2009, p. 110) também problematizam a memória no contexto das sociedades complexas e, em suas pesquisas “no” e “do” mundo urbano contemporâneo, consideram “as problemáticas tanto do patrimônio quanto da memória como fenômenos que presidem precisamente a esfera dos estudos sobre a consolidação temporal”. Em suas palavras se referem “às condições temporais nas quais um corpo social atinge sua perpetuidade como substância ‘coletiva’, em meio às descontinuidades dos instantes por ele vividos” (ROCHA; ECKERT, 2009, p. 110).

Retornando ao plano do indivíduo, Duque (2012, p. 120) associa o tempo a uma “métrica da dimensão natural da existência”, cuja medida se ancora na experiência subjetiva, motivo pelo qual se apresenta “veloz para uns e vagaroso para outros”.

É na perspectiva dos atravessamentos entre múltiplas espacialidades e temporalidades que se evidenciam as profundas transformações culturais observadas nas últimas décadas. Tais transformações parecem apontar para um novo paradigma de interdependência homem-máquina, e por meio do qual as experiências no tempo passam a ocorrer no espaço virtual. Antes, contudo, faz-se necessário delinear um conceito de cultura na contemporaneidade.

## CULTURA E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO CONTEMPORÂNEA

Nesta seção, busca-se a construção sobre o conceito de cultura. De acordo com Santos (2017, s. p.), a cultura relaciona-se “à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”. O autor considera primordial compreender os sentidos atribuídos pelos indivíduos às realidades vividas e que elas são resultantes de forças históricas, relacionadas às condições materiais de existência. Além disso, também caracteriza a cultura como estratégica para a análise da realidade social.

A origem próxima e os desenvolvimentos distintos entre cultura e civilização são evidenciados por Graeff (2017a): enquanto a cultura estaria associada a valores e comportamentos significativos, expressão de caráter que atesta virtudes, a civilização relaciona-se a movimento constante, conhecimento científico e desenvolvimento de



tecnologias. Em resumo, cultura estaria ligada a raiz e essência, enquanto civilização, a evolução e progresso.

Graeff (2017a) apresenta ainda uma relação entre as noções de cultura e de ideologia, embora condicionada aos pontos de vista e concepções que envolvem cada noção separadamente. Assim, se cultura for entendida como um “sistema de símbolos que organiza todas as formas de expressão humanas”, então ideologia seria uma “expressão característica da cultura ocidental” associada a uma forma de dominação por convencimento, ou como crítica do próprio Ocidente a respeito de suas formas de organização social (GRAEFF, 2017a, p. 66).

De outra forma, se cultura for entendida como “conjunto de fatos artísticos, religiosos e técnicos” de uma sociedade, ela própria poderia ser considerada um instrumento da ideologia, ou uma “válvula de escape” à estética dominante (GRAEFF, 2017a, p. 66). De acordo com Graeff (2017a, p. 67), a partir da década de 1960 novas conformações da noção de ideologia acabaram por aproximá-la da cultura – de modo a ambas se confundirem –, quando associadas a um conjunto de discursos, valores e representações feitas por dada sociedade sobre si mesma. Embora o autor destaque que a cultura é percebida como “construção humana”, social e histórica, a ideologia estaria associada a uma “naturalização da ordem social”, assegurando sua reprodução no tempo (GRAEFF, 2017a, p. 67).

Por sua vez, Eagleton (1998, p. 7) identifica uma distinção entre pós-modernismo e pós-modernidade: enquanto o primeiro termo se refere a uma expressão de cultura contemporânea, o segundo marca um período histórico específico e uma linha de pensamento que questiona noções clássicas, tais como verdade, razão, identidade, objetividade, progresso, bem como “os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação”. Essa distinção parece ser importante, já que ocorrem diferentes usos desses termos, nem sempre explicitados claramente.

Quanto às formas de expressão da cultura, Leitão e Pinheiro-Machado (2010) abordam os estudos sobre cultura material em um artigo no qual desenvolvem uma análise do tema sob o ponto de vista da Antropologia. As autoras argumentam que os indivíduos se constituem por intermédio de relações com o mundo material que os rodeia, assim como Perec (2001) havia evocado em seu “Pequeño pensamiento plácido n.º 2”. Leitão e Pinheiro-Machado (2010, p. 244) distinguem três categorias de objetos: testemunhas, signos e construtores. Na abordagem do tipo “objeto testemunha”, as culturas são concebidas em uma relação de consumo “enquanto coisas”, e na abordagem do tipo “objeto signo”, são privilegiadas a comunicação e a representação.

As abordagens contemporâneas concebem as coisas como cultura, ou seja, os objetos são compreendidos como construtores de relações sociais, de identidades ou de memórias (LEITÃO; PINHEIRO-MACHADO, 2010, p. 244). Ao apresentarem um panorama de estudos sobre a relação entre sujeitos, objetos e mercadorias, tais autoras destacam que essa aproximação com teorias sobre identidades sociais constitui uma ferramenta analítica importante para observar as relações tecidas entre os sujeitos e os objetos, “procurando perceber como atuam, que valores, sentidos e práticas guardam, produzem e reproduzem” (LEITÃO; PINHEIRO-MACHADO, 2010, p. 245). Essa perspectiva parece especialmente interessante para a abordagem das relações entre grupos e a produção e gestão de bens culturais nos espaços institucionais.

Conforme Eagleton (1998, p. 7), o pensamento pós-moderno percebe o mundo como contingente, diverso, instável e imprevisível, composto de “culturas ou interpretações desunificadas gerando certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas”. Esse seria o resultado da mudança histórica para uma nova forma

de capitalismo, no Ocidente, descrito como “mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural”, no qual a produção tradicional sofreu o impacto das indústrias de serviços, finanças e informação, e a política de classes é substituída por políticas de identidades difusas (EAGLETON, 1998, p. 7).

Sá (2005, p. 3) afirma que as tecnologias de comunicação e informação provocaram “mutações” na organização sociocultural e nas estruturas político-econômicas, cujo conjunto de modificações aponta para um “novo tipo de Sociedade Informativa”. De acordo com esse autor, o processo de “desmaterialização pós-moderna do espaço e de instantaneidade temporal” separou conteúdo e forma, assim como a transformação de informação analógica em digital reduziu “o arco-íris sensorial a um encadeado algorítmico de ‘zeros’ e ‘uns’” (SÁ, 2005, p. 4). Ou seja, Sá observa um processo cujas modificações envolvem as sensibilidades tanto dos indivíduos quanto das sociedades em relação à pertinência e permanência de uma cultura material no tempo.

## CULTURA PARA O ESQUECIMENTO?

Tendo sido conduzida essa aproximação ao conceito de cultura, problematiza-se o deslocamento de sentidos que vem se delineando em um novo paradigma cultural, cujos impactos demandam compreensão. Huyssen (2014, p. 9) menciona que a ascensão da memória como fenômeno cultural e político estabelece um contraponto aos “futuros presentes”, deslocando o foco para os “passados presentes”, o que sugere uma mudança da experiência e da percepção do tempo. Bauman (2012) analisa a contemporaneidade destacando a facilidade de esquecer, o baixo custo da comunicação e a alta velocidade desta como aspectos de uma mesma condição inseparável. Para o autor, a comunicação barata inunda e asfixia a memória, em vez de alimentá-la e estabilizá-la, pois “o volume de informações que competem pela atenção” é muito maior que a capacidade de retenção (BAUMAN, 2012, p. 21).

Desse modo, pode estar em curso uma alteração no próprio pensamento, tornando-o superficial, já que as informações recebidas não possuem tempo suficiente para “submergir, ser memorizadas e enrijecer num piso sólido sobre o qual poderão se depositar sucessivas camadas de conhecimento”; assim, essa “comunicação rápida” propicia o esquecimento em vez de a aprendizagem e a acumulação (BAUMAN, 2012, p. 21-22). Por sua vez, Huyssen (2014, p. 16) considera que o processo de “memorialização pública e privada” se torna uma estratégia perante o medo de esquecer, oferecendo ancoragens, mesmo que parciais e transitórias.

Em *Contributos para uma crítica da aceleração do tempo*, Duque (2012) analisa a capacidade de determinação – sobre o futuro e suas consequências – que a aceleração do tempo possui no presente, no qual o progresso se apresenta contraditório e em contraposição ao passado. O autor identifica na contemporaneidade a expressão de um paradoxo resultante da “tecnologização” da sociedade, em que percebe o efêmero e o imutável simultaneamente, e que apesar da aparente dinâmica de aceleração, vivida tanto na experiência individual quanto na coletiva, nada muda de fato, restando uma estagnação (DUQUE, 2012, p. 118). Assim como Bauman, Duque (2012, p. 118) atribui às tecnologias “uma cultura do presente sem profundidade temporal”, porém constata a ideia de futuro que o presente carrega, como característica potencial de incerteza, inerente à vida.

O mundo moderno torna-se uma “teia acelerada de processos” cuja matriz é definida pelo estar em movimento. O modo de operação é a aceleração, e a velocidade provoca a

inquietação, induzindo a duas posturas com consequências antagônicas: de um lado, a percepção de um estado prematuro de desenvolvimento, com um longo caminho a percorrer, o que é visto como uma revolução pelos “entusiastas do progresso e da aceleração sem limites”; e de outro, a percepção de um desenvolvimento à velocidade vertiginosa que requer uma desaceleração urgente e o abandono da “ideia de progresso sem limites” (DUQUE, 2012, p. 119-120). No contexto atual de aceleração do tempo e de ampliação do espaço, Duque (2012, p. 123) adverte, ainda, que “o tempo tende a aniquilar o espaço”, oferecendo um risco ao futuro, por conta da cultura da urgência. Entretanto identifica também contrapontos ao fenômeno atual em movimentos como o de desaceleração e a desconstrução da ideia moderna de progresso, propondo que se reaprenda a conviver com o tempo, mediante novas categorias, significados e interpretações (DUQUE, 2012, p. 125).

Ao abordar o trabalho de Hermann Lübbe e a descrição da aceleração civilizacional moderna, Mata (2017) afirma não haver civilização anterior com tanto interesse pelo próprio passado como a atual. Conforme o autor, Lübbe explica a evidência do passado no presente por meio do conceito de “encolhimento do presente”, que seria uma “diminuição da extensão dos espaços de tempo para os quais nós podemos contar com certa constância de nossas condições de vida” (LÜBBE, 1996, p. 150, *apud* MATA, 2017, p. 533).

O encolhimento do presente produz o crescente estranhamento dos indivíduos e grupos em relação aos passados que lhes eram conhecidos, por isso a consciência histórica torna-se compensatória de uma “perda cultural de familiaridade com o passado” (MATA, 2017, p. 534). E, nesse sentido, Mata ainda afirma que há uma relação perceptiva de equivalência entre a aceleração da produção de mudanças e a aceleração de vivências ao longo de uma vida, ou seja: “Quanto mais rápido as mudanças se produzem, tanto maior a quantidade daquilo que, no espaço de uma vida, experimentamos como ‘passado’”. A “pluralização e dinâmica crescentes” vividas em plenitude caracterizam a modernidade (MATA, 2017, p. 534).

O desejo de mudança, entretanto, é simultâneo à necessidade de “não-mudança”, graças à “demanda antropológica básica por permanência, pela manutenção de pontos de referência relativamente fixos, por meio dos quais orientamos nossa ação no mundo” (MATA, 2017, p. 535). Isso conduz à materialidade dos objetos que circunscrevem no tempo e no espaço a experiência tanto individual quanto coletiva mediada pela memória. Nesse sentido, a cultura material torna-se um elemento referencial, em oposição à desorientação causada pelo excesso de fenômenos que são vivenciados, porém ainda não compreendidos.

## CULTURA MATERIAL, TEMPO E MEMÓRIA NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

A presente discussão procura reunir as abordagens apresentadas sobre as noções de cultura material, tempo e memória, colocando-as em diálogo com a gestão de bens culturais em espaços institucionais, especialmente de seus patrimônios documentais sociais.

Vergara e Vieira (2005) buscam responder se a dimensão tempo-espaço seria uma categoria pertinente para a compreensão das organizações e por quê. Os autores argumentam que essa dimensão permite a ampliação do poder explicativo dos componentes das organizações, cujo modo de configuração é distinto, conforme o tempo-espaço em que são concebidas e praticadas. Assim, evidenciam as influências sociais e culturais nas quais as organizações (e instituições) estão imersas, sendo pertinente a análise delas em relação aos contextos em que estão inseridas e às mudanças ocasionadas pela aceleração do tempo e virtualização dos espaços.



Ocorre que, para possibilitar a institucionalização, o componente tempo é condição vital, pois ela depende dos sentidos de ações tipificadas que vão sendo aceitos por meio de regras, padrões e hábitos pela coletividade, e nesse processo ocorrem cristalizações dependentes de valores, poder e interesses materiais (ANDRADE, 2002). Portanto, por meio da repetição de ações, comportamentos e atitudes próprios de cada ambiente institucional, ocorre uma diferenciação de sentidos que se sedimentam com o tempo e adquirem estatuto e legitimidade (ANDRADE, 2002).

Desse modo, a institucionalização só é possível graças à capacidade de subjetivação dos membros de dado coletivo, seja para a manutenção, seja para a invenção de outras formas de viver, pois os sujeitos que vivem e fazem a instituição não são somente receptáculos dos imperativos institucionais, como também não têm autonomia absoluta de ação (THIESEN, 2013). Logo, cabe uma breve discussão para além da subjetividade, que é a importância da intersubjetividade.

O entendimento da intersubjetividade apresenta um papel importante para a discussão do aspecto relacional; ela torna-se central para a própria constituição das práticas sociais, pois “é construída quando ambos os interagentes se orientam para compreensões aproximadas do que está acontecendo no aqui e no agora” (BORGES; OSTERMANN, 2012, p. 186). É no aqui e agora que a instituição é (re)confirmada ou (re)inventada.

Borges e Ostermann (2012) fundamentaram-se em Heritage (2007) e principalmente em Garfinkel (1967), referência no desenvolvimento da Etnometodologia, para o embasamento da intersubjetividade. Considerada como uma nova maneira de ver a própria Sociologia, a Etnometodologia (GARFINKEL, 1967) privilegia os métodos que são usados pelos indivíduos, ordinária e diariamente, para a construção da vida social (por meio de um olhar que define como microsociologia). Tais compreensões aproximadas nas práticas sociais não se desconectam de uma perspectiva temporal e espacial.

Akaichi, Bizello e Rodriguez (2018, p. 81) conduziram um estudo sobre avaliação de documentos e memória em universidades brasileiras, no qual evidenciaram uma missão pedagógica e cultural dos arquivos universitários e sua relevância para as instituições ao possibilitarem “a custódia do conhecimento desenvolvido pelo trabalho intelectual”, bem como estudos sobre a história do ensino superior. As autoras destacam ainda o valor probatório e histórico dos conjuntos documentais preservados e conservados. Isso permite o conhecimento contextualizado sobre a trajetória institucional e sua relevância para a própria sociedade, possibilitando “a pesquisa, a preservação da identidade cultural de uma coletividade, a reflexão e a construção da cidadania”, exercendo, portanto, “uma função primordial na construção da memória social e institucional” (AKAICHI; BIZELLO; RODRIGUEZ, 2018, p. 82).

A tabela 1 a seguir sintetiza e oferece uma visão panorâmica das categorias e dos significados reunidos neste estudo.

**Tabela 1** – Síntese das categorias abordadas

<b>Categoria</b>	<b>Aproximações</b>	<b>Autor</b>
Tempo	Extensão do espírito	Santo Agostinho, 2001
	Ritmos e regularidades são pontos de referência	Halbwachs, 2006
	Estabiliza as memórias	Candau, 2014
	Medida ancorada na experiência subjetiva	Duque, 2012
	Tempo, identidade e memória nos níveis individual, social e cultural	Assmann, 2016
Espaço	Não há sociedade a-espacial	Santos, 1977
	Espaço urbano complexo e multifacetado	Harvey, 2002
Memória	Condiciona a percepção do tempo	Santo Agostinho, 2001
	Simultaneidade de percepções individuais	Halbwachs, 2006
	Memória associada à consciência de identidade	Assmann, 2016
Cultura	Fenômeno cultural e político que contrapõe a forte noção de futuro à presença do passado	Huysen, 2014
	TICs provocam mutações socioculturais e político-econômicas	Sá, 2005
	Volume informacional asfixia memória, aprendizagem e acumulação e acelera o esquecimento	Bauman, 2012
	Contraponto à cultura da urgência e movimentos de desaceleração e desconstrução da ideia de progresso	Duque, 2012
	Compreensão dos sentidos produzidos pelas vivências	Santos, 2017
	Valores essenciais e comportamentos significativos	Graeff, 2017a
	Aceleração da produção de mudanças e vivências	Mata, 2017
Cultura Material	Objetos testemunhas, signos e construtores e indivíduos constituem-se em relação com o mundo material	Leitão e Pinheiro-Machado, 2010
	Mudança/não mudança	Mata, 2017
Espaço Institucional	Dimensão tempo-espaço amplia poder explicativo de organizações	Vergara e Vieira, 2005
	Conhecimento contextualizado é socialmente relevante	Akaichi, Bizello e Rodriguez, 2018
	Tempo é vital para a cristalização de ações tipificadas por meio da diferenciação de sentidos por conta da capacidade de subjetivação dos sujeitos	Andrade, 2002 Thiesen, 2013

Fonte: Primária (2022)

Longe de esgotar a temática abordada, a tabela delinea algumas das discussões, ideias e contextos culturais da contemporaneidade em uma proposta transdisciplinar. Cabe ressaltar que as transformações culturais evidenciadas por meio da aceleração do tempo e da virtualização do espaço trazem contribuições importantes, e assume-se que é um caminho sem volta. Da mesma forma, essa apreciação não tem o caráter saudosista do analógico.

Neste artigo, colocam-se em evidência algumas transformações que apontam para uma problemática complexa e de difícil compreensão de seu alcance e consequências futuras. E, mediante essa perspectiva, cabe refletir e lembrar que nem toda a cultura nasceu ou se tornou digital, que há no espaço institucional muito trabalho a ser feito, tanto no campo digital quanto no analógico. Desconsiderar a cultura material produzida no espaço institucional e privilegiar apenas os espaços virtuais contribui para a perda de referências e identidades coletivas. Portanto, ao estudar como ocorrem as práticas intersubjetivas nos espaços institucionais relacionadas às percepções quanto aos significados dos bens culturais neles produzidos, podem ser obtidos dados que auxiliem a compreensão – no plano das práticas culturais – desses fenômenos associados à cultura material, ao tempo e à memória, na contemporaneidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar, por meio de uma compreensão articulada e relacional com as categorias de memória, tempo e espaço, uma discussão teórica sobre cultura e suas formas de expressão material e imaterial. Neste recorte teórico, realizou-se uma aproximação ao objeto de investigação atual – os bens culturais de instituições públicas – sob a perspectiva de novos paradigmas e da percepção de aceleração do tempo. O foco de atenção têm sido os acervos arquivísticos permanentes em papel, considerados patrimônios documentais.

Inicialmente, propôs-se o questionamento sobre como as categorias de tempo, espaço e memória poderiam contribuir para a compreensão da noção de cultura. Ao refletir sobre a construção de um conceito sobre cultura na contemporaneidade, percebeu-se a necessidade de pensá-lo de modo relacional e articulado, de forma que tais categorias se tornaram imprescindíveis para uma compreensão abrangente e complementar.

Em seguida, buscou-se a construção de um conceito de cultura ligado a suas formas de expressão material e imaterial. Vistas sob a perspectiva relacional, as categorias tempo, espaço e memória podem ser compreendidas em profundidade, a fim de evidenciar que é no seu entrecruzamento que surgem as singularidades. Assim, as experiências compartilhadas pelos indivíduos, mediante múltiplas temporalidades, espacialidades e ritmos, contribuem para a formação das diversas culturas e suas formas de expressão. Nesse aspecto, tornou-se evidente o papel da cultura material enquanto importante referencial como testemunha, signo e construto de relações sociais, identidades e memórias, quer sejam individuais, quer sejam coletivos.

Sob o ponto de vista da contemporaneidade, seguiu-se uma discussão sobre o potencial da cultura como promotora de lembranças ou esquecimentos. Se tempo é uma categoria importante para a estabilização das memórias, como afirmam Halbwachs (2006), Candau (2014), Bauman (2012) e Duque (2012), a aceleração do tempo pode provocar uma desestabilização das memórias, enfraquecendo-as e favorecendo o esquecimento, em vez de aprendizagem e solidificação, até mesmo dos valores essenciais aos indivíduos e sociedades.

Por fim, discutiu-se como todos esses elementos podem ser articulados para a compreensão da produção de uma cultura material no âmbito institucional. Se a cultura tem nos bens culturais uma de suas formas de expressão material, pensar esse deslocamento inclui pensar o futuro dos próprios bens culturais, sua relevância social para a construção e a transmissão de uma memória cultural e, sobretudo, as consequências de um novo paradigma para a constituição e a manutenção de acervos arquivísticos permanentes em papel, no contexto institucional. Essa compreensão passa necessariamente pela análise sobre as intersubjetividades dos sujeitos envolvidos. Acredita-se que o atual momento propicia abordagens transversais para a apreensão das transformações em curso, e este é apenas um convite para novas perspectivas.

## REFERÊNCIAS

- AKAICHI, T.; BIZELLO, M. L.; RODRIGUEZ, S. M. T. Avaliação de documentos e memória em universidades brasileiras. **Ibersid.**, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2018.
- ANDRADE, R. F. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de “institucional”. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, v. 3, p. 49-64, 2002.
- ASSMANN, J. Memória comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. **Rev. História Oral**, v. 19, n. 1, 2016.
- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BORGES, M. L. B.; OSTERMANN, A. C. As divergências na orientação dos participantes no processo de construção de intersubjetividade e suas consequências no processo decisório. **Veredas on-line – Linguística Aplicada das Profissões**, v. 16, n. 1, p. 185-196, 2012.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- DUQUE, E. Contributos para uma crítica da aceleração do tempo. In: ARAÚJO, E.; DUQUE, E. (ed.). **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo – Um debate para as ciências sociais e humanas**. Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2012. p. 117-127.
- EAGLETON, T. Prefácio. In: EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 7-10.
- FERNANDES, E.; BORGES, M. L. Memórias da teoria institucional: vicissitudes e vertentes. In: JORNADAS MERCOSUL, 3., 2014, Canoas. **Anais [...]** Canoas: Universidade LaSalle, 2014. p. 258-270.
- GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.
- GIL, A. C. Como delinear uma pesquisa bibliográfica. In: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.59-86.
- GRAEFF, L. Cultura e ideologia. Verbete. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017a.
- GRAEFF, L. Tempo. Verbete. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017b.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- HERITAGE, J. **Garfinkel and ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 2007.

HUYSSSEN, A. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

KOERRENZ, R. A memória reprimida e aproximações pós-coloniais: história da pedagogia como patrimônio cultural. **Revista Confluências Culturais**, v. 9, n. 1, p. 23-32, 2020.

LEITÃO, D. K.; PINHEIRO-MACHADO, D. Tratar as coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material. **Mediações**, v. 15, n. 2, p. 231-247, 2010.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MATA, S. Depois do fim do platonismo fenomenológico: Hermann Lübbe e a descrição da aceleração civilizacional moderna. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 3, p. 523-541, dez. 2017.

PEREC, G. **Especies de espacios**. Barcelona: Literatura y Ciencia, 2001.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Memória e ritmos temporais: o pluralismo coerente da duração no interior das dinâmicas da cultura urbano-contemporânea. **Estudos Históricos**, v. 23, n. 43, p. 105-124, 2009.

SÁ, A. Reflexões sobre o patrimônio e a memória à luz da era tecnológica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: TERRITÓRIOS, CULTURAS E PODERES, 1., 2005, Braga. **Actas do** [...]. Braga: Universidade do Minho, 2005. Disponível em: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4512/1/albertosa2005\\_reflexpatrimemoria.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4512/1/albertosa2005_reflexpatrimemoria.pdf). Acesso em: 15 nov. 2018.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões** – Livros VII, X e XI. Tradução por Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001. Disponível em: [http://www.lusosofia.net/textos/agostinho\\_de\\_hipona\\_confessiones\\_livros\\_vii\\_x\\_xi.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf). Acesso em: 15 nov. 2018.

SANTOS, J. L. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 2017. *E-book*.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

VERGARA, S. C.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Rev. Adm. Contemp.**, v. 9, n. 2, p. 103-119, jun. 2005.